Estado de Minas Gerais

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.646 DE 25 DE MAIO DE 2016.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2°, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI MUNICIPAL N° 1.641/2016, QUE CRIA O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PÚBLÇICA DO MUNICÍPIO DE TOMBOS (MG) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Tombos, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, prefeito municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O Artigo 2°, parágrafo único que regula objetivo geral do cargo do assessor de segurança pública, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 2°, Parágrafo Único: O cargo acima criado de Assessor de Monitoramento e Segurança Pública, pertencente ao quadro da Secretaria Municipal de Governo, e, tem como objetivo geral o monitoramento, através de câmeras de segurança, dos Distritos de Catuné e Água Santa de Minas, ficando o Assessor de Segurança Pública sob o comando da Polícia Civil de Minas Gerais, garantindo que os serviços sejam realizados com eficiência e responsabilidade."

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tombos, 25 de maio de 2016.

Oscar José Bastos Prefeito Municipal